



A UNIVERSIDADE POMBALINA

CIÊNCIA, TERRITÓRIO E
COLEÇÕES CIENTÍFICAS

ANA CRISTINA ARAÚJO
FERNANDO TAVEIRA DA FONSECA
(COORD.)

IMPRESA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

**SCIENTIAE THESAURUS MIRABILIS:
ESTUDANTES DE ORIGEM BRASILEIRA
NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (1601-1850)***

Fernando Taveira da Fonseca
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Centro de História da Sociedade e da Cultura (FLUC)
fertaveira@gmail.com

Já em outro lugar tivemos ocasião de referir o notável afluxo de estudantes de origem brasileira à universidade de Coimbra no período de 1700 a 1771. Os dados então apurados colocavam alguns dos agregados populacionais do Brasil — com grande destaque para a Baía e para o Rio de Janeiro — a par de outros continentais, nas posições cimeiras da hierarquia dos lugares que mais graduados haviam tido entre os seus naturais, durante aquele período¹. Foi ainda possível dar conta do regime especial que, a partir de 1719, regulava a contagem do tempo da sua frequência, sendo-lhes comutados em um ano de mercê os dois períodos de quinze dias que eram concedidos aos reinícolas para fazerem as suas viagens de ida para a universidade e de regresso a suas casas²; de algumas peculiaridades relativamente à sua origem social³; ou da preferência

* Este trabalho reproduz, com modificações pontuais, Fonseca 1999.

¹ Fonseca, 1995: 170-171.

² Fonseca, 1995: 74.

³ Fonseca, 1995: 255; 306-307.

acentuada que, de acordo com o padrão geral da frequência universitária coimbrã, manifestaram pelos estudos canonísticos, seguidos, a grande distância, pelos de Leis e de Medicina⁴.

Em outro estudo⁵ tivemos ocasião de nos debruçar sobre o papel desempenhado pelos estudantes e graduados ultramarinos, no continente ou em outros espaços, com especial destaque para os originários do Brasil.

O presente trabalho, alargando o período cronológico sob observação, procurará, sem pretensões de novidade, pormenorizar alguns aspectos no que diz respeito ao ritmo das matrículas e à origem geográfica dos estudantes brasileiros que cursaram na universidade de Coimbra⁶. A data escolhida como limite inicial — 1601 — marca o ponto em que começa a observar-se alguma regularidade nas vindas de além-Atlântico; no outro extremo — 1850 (o ano lectivo de 1849-1850) — pretendeu-se ultrapassar com alguma margem o momento da independência no sentido de verificar quais as consequências induzidas por esse acontecimento a curto e a médio prazo.

⁴ Dos 808 estudantes que se graduaram entre aquelas duas datas, 74,5% (602) eram canonistas, 19,8% (160) haviam cursado Leis e 5,7% (46) Medicina.

⁵ Fonseca, 1997.

⁶ Utilizei como fonte de informação o elenco elaborado por Francisco Morais. “Estudantes da universidade de Coimbra nascidos no Brasil”. *Brasília*, suplemento ao vol. IV, Coimbra, 1949. Com base nesta e em outras fontes elaborou Walter Cardoso “Estudantes da universidade de Coimbra nascidos no Brasil (1701-1822): procedências e graus obtidos”. In *Universidade(s). História, Memórias, Perspectivas. Actas do Congresso História da Universidade*. Coimbra, 1991, 166-179. Uma outra relação, também resultante da compilação de Francisco Morais, *Estudantes brasileiros na universidade de Coimbra (1772-1872)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943, não foi publicada pelo seu compilador e tem data de edição anterior à do suplemento da Brasília. O cotejo das duas relações revela discrepâncias notáveis nos anos imediatos à Reforma de 1772. Trata-se, contudo de um diferente arranjo na colocação de alguns estudantes que haviam começado os seus cursos antes da Reforma e os prosseguiram a seguir a ela: o organizador da edição de 1943 colocou-os em 1772 ou depois; Francisco Morais, que assina as palavras introdutórias à relação publicada em 1949, assinalou a sua primeira matrícula, anterior à Reforma. É óbvio que nos conformámos com este último critério.

1. O ritmo das matrículas

O ponto de partida para a análise que nos propomos efetuar pode ser a observação do quadro 1 e do gráfico 1, onde estão assinaladas as entradas anuais (primeira matrícula) de estudantes originários do Brasil na universidade de Coimbra, durante dois séculos e meio. Antes de 1601, estas vindas não têm significado estatístico — são assinaladas treze entre 1577 e 1599, com vários anos em que nenhuma teve lugar. Não deixa, contudo de merecer reparo o facto de, muito pouco tempo depois de os registos universitários de matrículas se tornarem regulares⁷, neles figurarem estudantes brasileiros, o que deixa supor que já anteriormente alguns teriam iniciado os seus estudos em Coimbra⁸

Os dados expressos e a curva desenhada pelas novas entradas de estudantes vindos do Brasil apresentam um perfil onde se destaca de imediato o grande salto positivo iniciado em 1720, que se prolonga, de forma sustentada, até à Reforma de 1772 (com um novo surto nos anos imediatamente anteriores a esta). Já antes, a partir dos meados da década de 1670 o crescimento se esboçara, para se esbater — à semelhança do que se passou com a curva geral da matrícula coimbrã — nos inícios do século XVIII⁹.

⁷ O mais antigo livro de matrículas é de 1573-1574. (Vasconcelos, 1941: 2, 116.) Para o período que medeia entre 1537 e aquela data podem apenas colher-se elementos dispersos ou fazer estimativas a partir de outros dados (Fonseca, 1997: 533-535; Oliveira, 1971-1972: vol. II, apêndice, gráfico 94).

⁸ Ao relatar os inícios da então província de Pernambuco, o autor da *Corografia Brazilica* refere que, em 1554, por morte de Duarte Coelho Pereira que obtivera a capitania do mesmo nome em 1534, ficou o seu governo entregue à consorte, D. Brites de Albuquerque, “athé à chegada de seu filho herdeiro, Duarte Coelho d’Albuquerque, que se achava no Reino estudando.” (Corografia Brazilica, 1817: 153-154.)

⁹ Para a comparação com o ritmo geral das matrículas em Coimbra, vide Fonseca, 1995: 30-37; Fonseca, 1997: 534-537. Tendo em consideração que a frequência das faculdades jurídicas representou uma proporção média de 87,31%, para todo o período anterior à Reforma Pombalina, tomaram-se as matrículas em Instituta — corrigidas por um índice de 1,127 — como estimativa do total de novas entradas durante esse período. O cômputo das primeiras entradas depois da Reforma de 1772, até

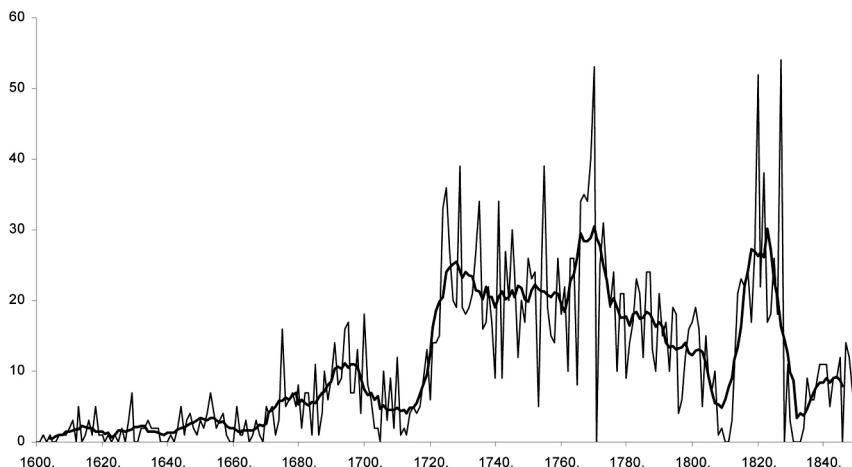
Quadro 1 — Estudantes brasileiros que se matricularam em Coimbra (1601-1850)

(Valores quinquenais)

Quinquênios	Número	Média anual	Quinquênios	Número	Média anual
1601-1605	2	0,4	1731-1735	119	23,8
1606-1610	5	1,0	1736-1740	82	16,4
1611-1615	9	1,8	1741-1745	120	24,0
1616-1620	11	2,2	1746-1750	99	19,8
1621-1625	3	0,6	1751-1755	119	23,8
1626-1630	13	2,6	1756-1760	92	18,4
1631-1635	10	2,0	1761-1765	92	18,4
1636-1640	4	0,8	1766-1770	196	39,2
1641-1645	10	2,0	1772-1775	98	24,5
1646-1650	14	2,8	1776-1780	86	17,2
1651-1655	19	3,8	1781-1785	87	17,4
1656-1660	8	1,6	1786-1790	94	18,8
1661-1665	10	2,0	1791-1795	80	16,0
1666-1670	11	2,2	1796-1800	55	11,0
1671-1675	29	5,8	1801-1805	65	13,0
1676-1680	32	6,4	1806-1810	20	4,0
1681-1685	31	6,2	1811-1815	57	11,4
1686-1690	32	6,4	1816-1820	142	28,4
1691-1695	65	13,0	1821-1825	121	24,2
1696-1700	50	10,0	1826-1830	86	17,2
1701-1705	18	3,6	1831-1835	11	2,2
1706-1710	38	7,6	1836-1840	42	8,4
1711-1715	13	2,6	1841-1845	46	9,2
1716-1720	38	7,6	1846-1850	36	7,2
1721-1725	113	22,6			
1726-1730	128	25,6	TOTAL	2761	11,1

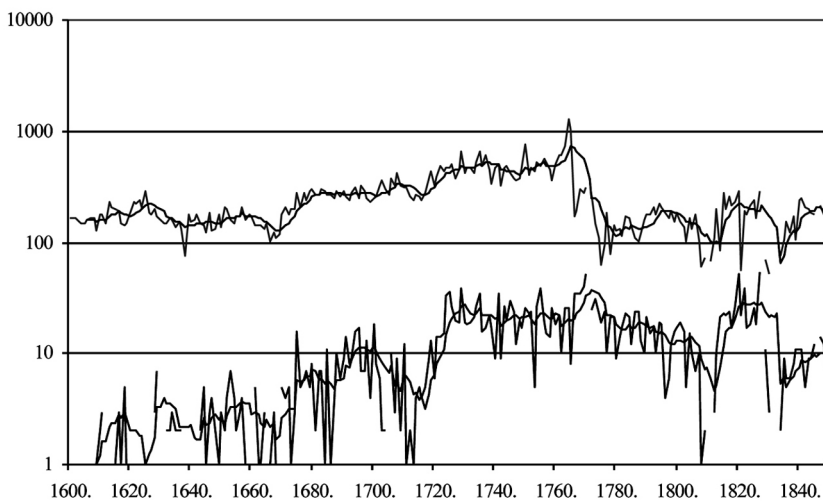
1820, foi feito por Manuel Alberto Carvalho Prata (Prata, 1989: 57-74). Este autor tem o cuidado de apresentar separadamente os valores para os alunos ordinários de Matemática e Filosofia, os únicos que verdadeiramente se podem contabilizar como primeiras entradas nestas duas faculdades. Para o período posterior, utilizei as contagens de António de Vasconcelos (Vasconcelos, 1941: 124-136). Neste último caso, os valores para Matemática e Filosofia, foram os referidos para o 4.º ano (no qual, em princípio, só existiriam alunos ordinários).

Gráfico 1 — Estudantes originários do Brasil matriculados na Universidade de Coimbra (1600-1850)



Esta semelhança com o ritmo global de novas entradas na universidade de Coimbra, visível no gráfico 2, no qual as duas curvas se encontram projetadas comparativamente — é caracterizada, contudo, por uma particularidade no que respeita à amplitude do movimento: o dos estudantes brasileiros é muito mais vigoroso. Por um lado, em termos absolutos, a média anual de ingressos mais que triplica relativamente à vintena de anos anterior, para se manter elevada nas décadas seguintes. Por outro, e mais significativo ainda — adotando sempre como referência as inscrições em Instituta (corrigidas, de acordo com o critério enunciado na nota 9) como indicador global das primeiras entradas na universidade — podemos dar-nos conta que a percentagem que cabe aos brasileiros no cômputo geral dessas primeiras entradas se modifica substancialmente (quadro 2).

Gráfico 2 — Entradas de brasileiros comparadas com o total de primeiras matrículas



Quadro 2 — Primeiras matrículas: proporção de brasileiros no conjunto da população estudantil de Coimbra

Período	%	% (corrigida)	Coef. de variação (%)
1600 -1639		0,80	118
1640 -1679		1,66	77,9
1680 -1699		2,97	58,6
1700 -1719		1,88	87,7
1720 -1739		4,56	31,4
1740 -1759		4,61	41,9
1760 -1770		7,52	86,0
1772 -1789	15,6		48,7
1790 -1809	7,4		45,0
1810 -1829	11,6		81,7
1830 -1849	4,3		67,8

A partir de então e até à Reforma de 1772 — sempre no contexto de um crescimento continuado do conjunto da população estudantil coimbrã — a proporção dos originários do Brasil não cessa de aumentar. E é precisamente nos anos que imediatamente a antecedem e a seguem que são atingidos os valores máximos. Será preciso notar, contudo, que o período imediatamente antecedente é marcado por uma grande irregularidade no que diz respeito às novas matrículas: ao excesso de entradas dos anos de 1764-65 e 1765-66¹⁰ sucedeu-se um quinquénio em que elas baixaram para níveis bastante inferiores. Deste modo, se naqueles dois anos a percentagem de brasileiros desce para 2,04% e 0,77%, respectivamente, já nos cinco seguintes é, em média, de 16,2%: na totalidade destes sete anos antes da Reforma, a proporção dos brasileiros é de 12%, correspondendo ao maior contingente que até então tinha demandado a universidade (com uma média anual de 39 novas entradas).

Mas é no quinquénio posterior a 1772 que melhor se nota o efeito deste acrescido contingente que acorre à universidade. Ao manter-se em níveis elevados — contrastando com a forte quebra que sofrem as matrículas dos continentais — vai traduzir-se em reforço da proporção de brasileiros: para todo o período de 1772 a 1789, esta sobe para 15,6% em média, embora chegue pontualmente aos 30,2% (em 1775). A evolução das duas curvas do gráfico 2 faz-se, a partir dessa altura, em sentido divergente — diminuem em termos absolutos e relativamente às matrículas totais, as dos originários do Brasil — até que, a partir de 1813, uma nova aproximação se regista, num crescendo que só o encerramento da universidade, em 1828-29, vem interromper. O retomar dos trabalhos universitá-

¹⁰ Já tivemos ocasião de referir que na origem deste fenómeno esteve a legislação sobre recrutamento militar, então promulgada, a qual isentava das sortes “os Estudantes que nos Collegios e Universidades se applicão às artes e sciencias.” Fonseca, 1995: 122.

rios foi fugaz: quando se reatam, depois de nova interrupção (de 1831-32 a 1833-34) e passada a guerra civil, é débil o contingente dos que iniciam os seus estudos universitários (pouco mais de sete dezenas, ao todo) e deles apenas 2 brasileiros: a proporção destes baixa significativamente para valores muito semelhantes aos do primeiro arranque (a partir 1720), mas bastante inferiores aos dessa época em termos absolutos, aproximando-se mais dos que a haviam precedido.

Em termos gerais, poderemos afirmar que o movimento longo de entradas de brasileiros na universidade de Coimbra que se inicia na terceira década do século XVIII, com um forte contingente, é marcado depois por uma lenta erosão, pouco sensível até meados dos anos sessenta, mais acentuada no período que começa uma década depois, mas cortada por dois ciclos de duração média que contrariam vigorosamente aquela tendência: o primeiro situa-se à volta da Reforma de 1772; o segundo toma balanço imediatamente a seguir à instalação da Corte portuguesa no Brasil como consequência das invasões francesas, e tem o seu máximo para lá de 1822 — em 1827 — só então iniciando a fase descendente.

Antes de tentarmos explorar o significado destes movimentos, teremos de dar-nos conta de outra característica que parece crucial para a sua compreensão. Refiro-me à origem geográfica destes estudantes que demandam a universidade de Coimbra: no contexto de um espaço que progressivamente se alarga, é imprescindível atentar neste aspecto.

2. A origem geográfica dos estudantes brasileiros

Ao abordarmos este outro momento de análise não poderemos deixar totalmente de lado a dimensão diacrónica que até aqui nos havia orientado. A razão fundamental já atrás ficou expressa: ao

longo de grande parte do período que nos ocupa, o território brasileiro está em construção¹¹. Daí a necessidade de captar, também na frequência universitária, as implicações desse facto. O estabelecimento de marcos temporais teve por base a própria curva dos efetivos de primeiras matrículas: há indubitavelmente um antes e um depois de 1720, assim como é incontornável a Reforma de 1772 com o seu ciclo específico, como atrás assinalámos; conviria igualmente colocar uma cesura numa data próxima da ida da Corte para o Brasil, a partir da qual se inicia a fase ascendente de outro ciclo médio. Com base nestas referências, fez-se uma divisão por períodos mais ou menos regulares. Os dados assim organizados foram reunidos no quadro A.1. (em apêndice), e sintetizados no quadro 3.

É necessário, antes de mais, explicitar os critérios que conduziram à arrumação dos topónimos da forma que é apresentada. Uma das dificuldades encontradas foi a frequente utilização, na indicação da naturalidade dos estudantes, de nomes designando áreas vastas (capitanias, províncias, comarcas...) que são, muitas vezes, coincidentes com a designação do seu agregado populacional mais importante, o que torna difícil determinar qual das duas referências escolher. Em contrapartida, essa indicação mais genérica revelou-se de grande utilidade quando acompanhava a dos outros topónimos, permitindo assim uma mais fácil identificação e localização destes. Deste modo, no quadro geral, apresentado em apêndice, mantiveram-se todas as

¹¹ Magalhães, 1998: 28 e ss. O autor reproduz um mapa de Frédéric Mauro no qual se assinalam os limites de Brasil em 1650, 1750 e 1800. É visível que, até àquela primeira data, o território ocupado se limitava a uma extensa faixa litoral apenas mais profunda na altura de Rio de Janeiro e de S. Paulo, sendo notável ainda a extensão das zonas insubmissas em 1800.

Quadro 3 — Origem geográfica dos estudantes brasileiros que frequentaram a universidade de Coimbra (1600-1850)

<i>Designação</i>	1600-1720		1721-1771		1772-1810		1811-1850		1600-1850	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
BRASIL	16	3,4	3	0,3			1	0,2	20	0,7
BAÍA	244	51,6	398	34,5	103	17,6	145	26,9	890	32,3
Outros lugares			23	2,0	20	3,4	43	8,0	86	3,1
Total	244	51,6	421	36,5	123	21,0	188	34,9	976	35,5
C.ª SACRAMENTO			15	1,3	5	0,9		0,0	20	0,7
GOIÁS			6	0,5	10	1,7	4	0,7	20	0,7
MARANHÃO			3	0,3	30	5,1	76	14,1	109	4,0
MINAS GERAIS			36	3,1	17	2,9	2	0,4	55	2,0
Mariana			44	3,8	10	1,7	3	0,6	57	2,1
S. João d'El Rei	4	0,8	7	0,6	21	3,6	3	0,6	35	1,3
Sabará			22	1,9	13	2,2	5	0,9	40	1,5
Vila Rica			47	4,1	20	3,4	6	1,1	73	2,7
Outros lugares			69	6,0	44	7,5	14	2,6	127	4,6
Total	4	0,8	225	19,5	125	21,3	33	6,1	387	14,1

PARÁ	2	0,4	9	0,8	17	2,9	16	3,0	44	1,6
PERNAMBUCO	89	18,8	75	6,5	74	12,6	43	8,0	281	10,2
Outros lugares	4	0,8	9	0,8	9	1,5	11	2,0	33	1,2
Total	93	19,7	84	7,3	83	14,2	54	10,0	314	11,4
RIO DE JANEIRO	99	20,9	307	26,6	125	21,3	103	19,1	634	23,0
Outros lugares	1	0,2	14	1,2	23	3,9	23	4,3	61	2,2
Total	100	21,1	321	27,8	148	25,3	126	23,4	695	25,3
S. PAULO	4	0,8	25	2,2	19	3,2	9	1,7	57	2,1
Santos	5	1,1	24	2,1	7	1,2	1	0,2	37	1,3
Outros lugares			2	0,2	1	0,2	6	1,1	9	0,3
Total	9	1,9	51	4,4	27	4,6	16	3,0	103	3,7
OUTROS	3	0,6	11	1,0	16	2,7	23	4,3	53	1,9
Não identificados	2	0,4	5	0,4	2	0,3	2	0,4	11	0,4
TOTAL	473	100,0	1154	100,0	586	100,0	539	100,0	2752	100,0

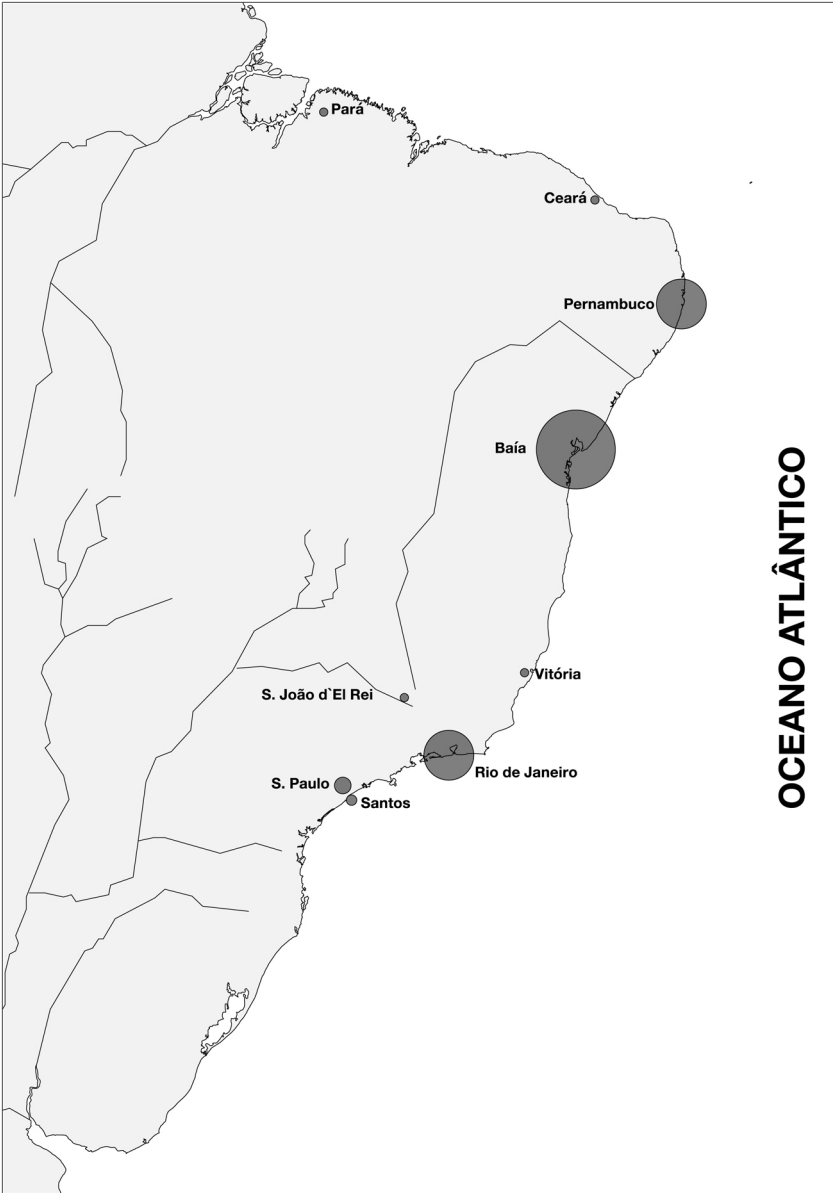
designações encontradas (depois de reduzidas a uma só as variantes que indicavam um mesmo agregado¹²) subordinando-as à área mais ampla em que se enquadravam, umas vezes por referência explícita da fonte de informação, outras como resultado da sua identificação e localização. No quadro-síntese (quadro 3) reduziu-se a multiplicidade das designações, mantendo explícitas as que se referiam a espaços mais vastos ou aos seus agregados principais (em termos de frequência universitária) e agrupando as restantes sob a rubrica de “outros lugares”¹³.

Na representação cartográfica (mapas 1 a 4) seguiu-se um critério semelhante, agregando numa mesma superfície circular sombreada, centrada no seu agregado mais importante, a totalidade dos contributos de uma área, e assinalando com outro sombreado os de outras localidades que se revelassem quantitativamente significativos¹⁴.

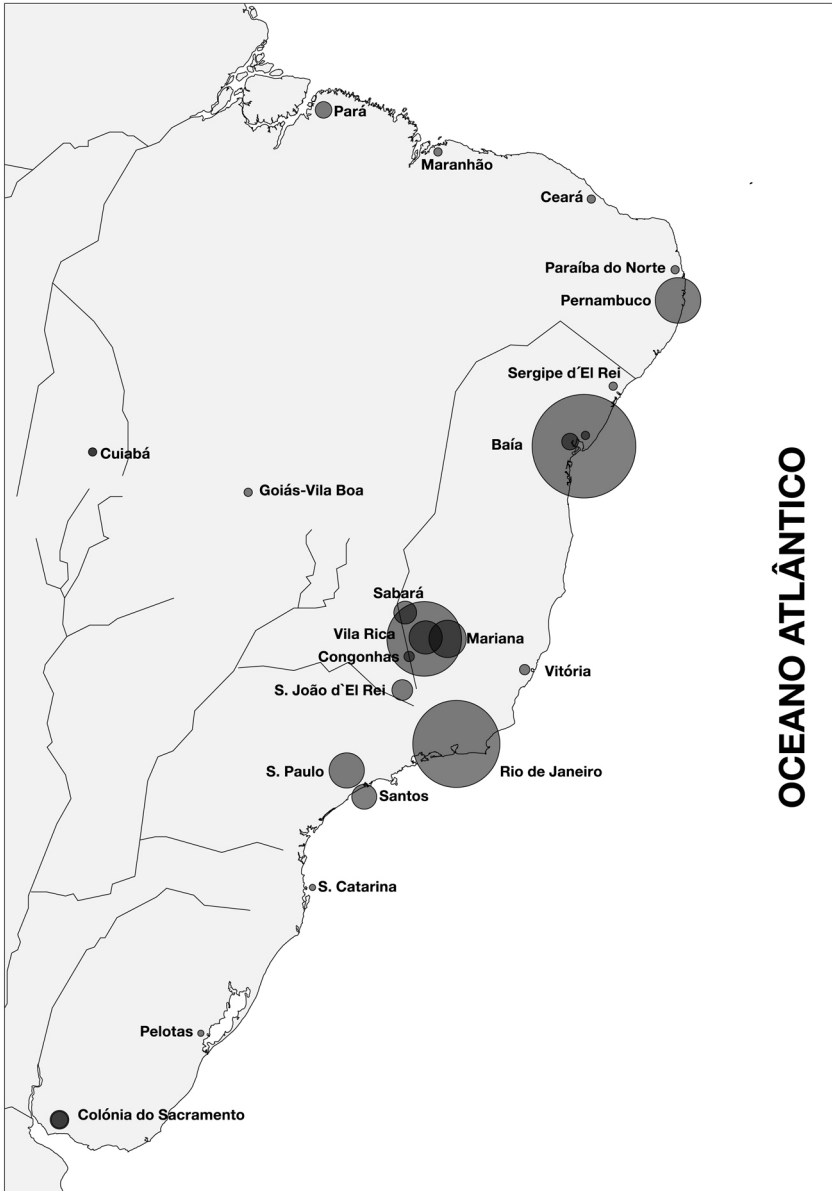
¹² Em alguns casos (por exemplo Rio das Mortes e S. João d’el Rei ou Mariana e Ribeirão do Carmo) mantiveram-se os diferentes nomes por um se ter sucedido a outro na designação do mesmo agregado.

¹³ O principal instrumento utilizado para a identificação e localização dos toponímicos foi a *Corografia Brazilica ou Relação Historico-Geografica do Reino do Brazil composta e dedicada a Sua magestade fidelissima por hum presbitero secular do Gram Priorado do Crato*. 2 tomos, Rio de Janeiro: Na Impressão Regia, 1817. Para uma localização contemporânea foram utilizados vários atlas, nomeadamente o *Atlas 2000. A nova cartografia do mundo*. Lisboa: Círculo de Leitores, s.d.

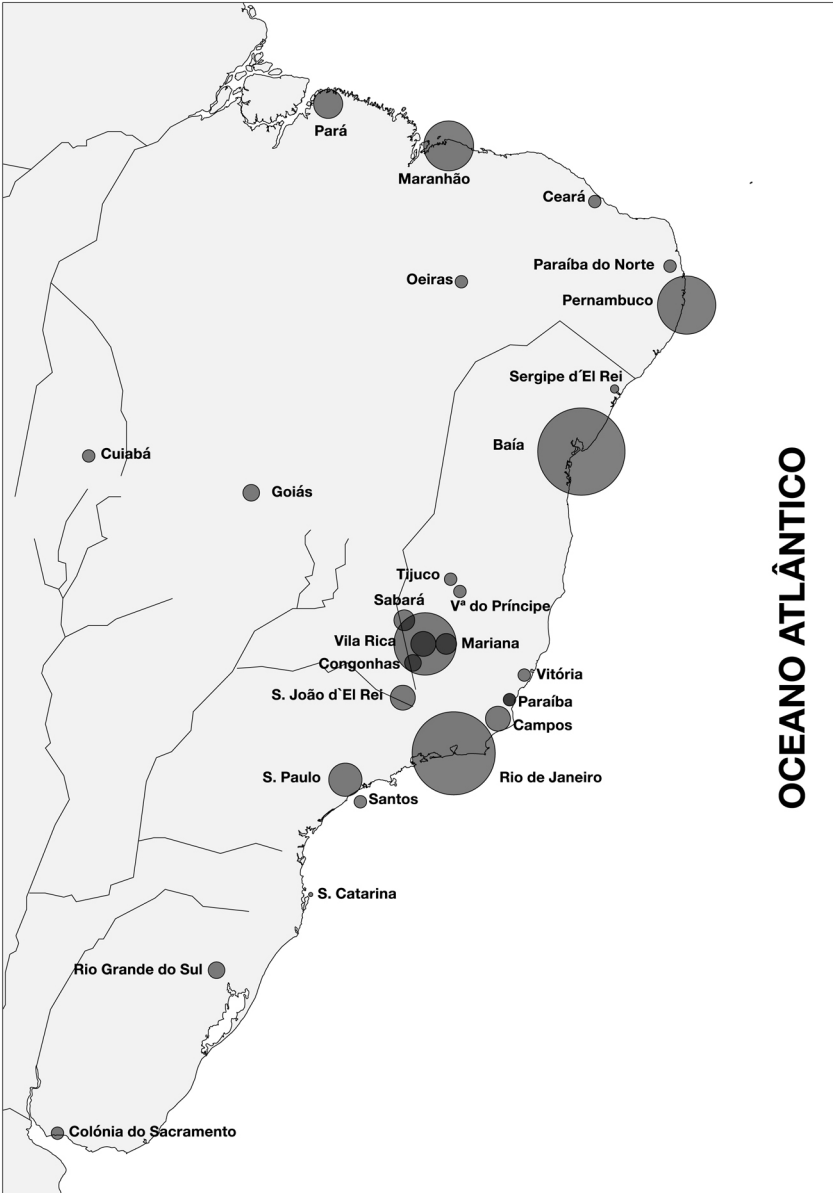
¹⁴ Quer as áreas sombreadas, quer as mais escuras que aparecem no interior ou na proximidade daquelas são proporcionais ao número de estudantes originários da região em que são colocadas. Será importante referir que as mais escuras são apenas explicitações ou desmembramentos da área geral sombreada, não podendo, por isso acumular-se àquelas. A proporcionalidade adoptada é de carácter exponencial (com base na fórmula da superfície do círculo).



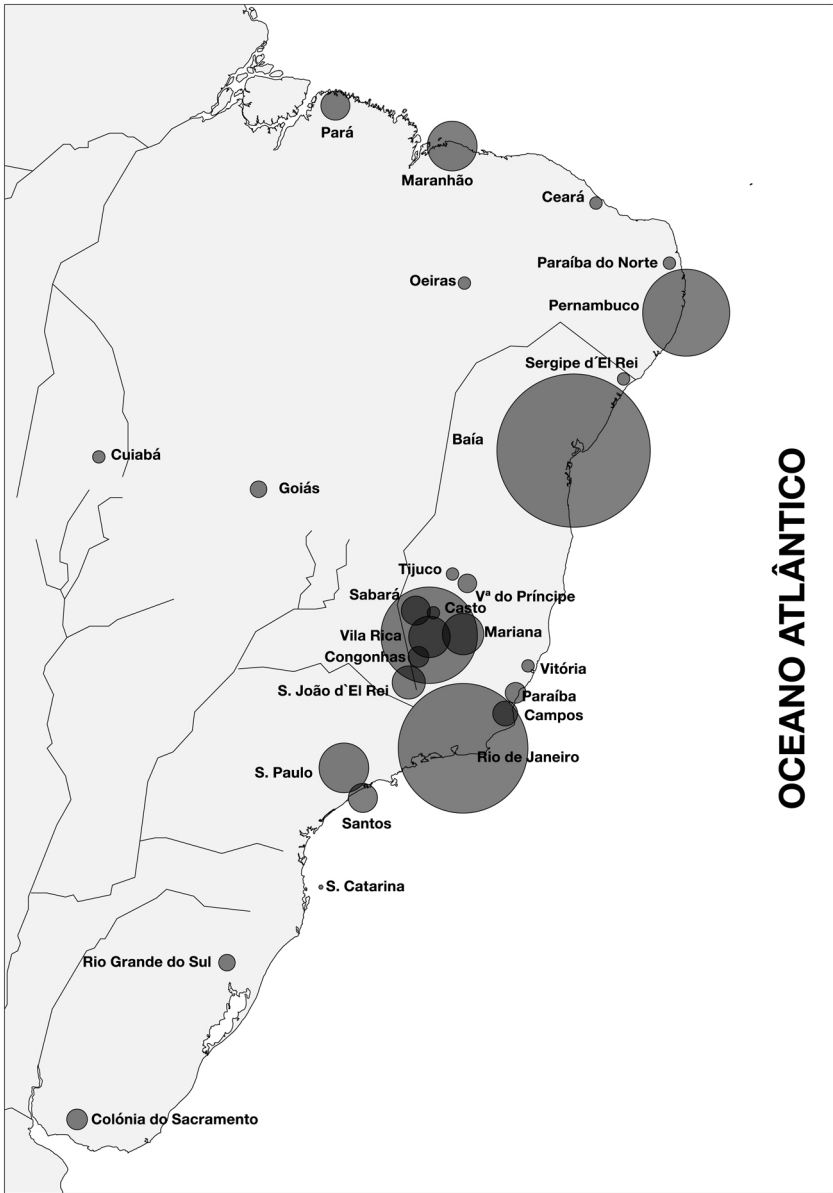
Mapa 1 – Origem geográfica dos estudantes brasileiros (1600-1720)



Mapa 2 – Origem geográfica dos estudantes brasileiros (1721-1771)



Mapa 3 – Origem geográfica dos estudantes brasileiros (1772-1850)



OCEANO ATLÂNTICO

Mapa 4 – Origem geográfica dos estudantes brasileiros (1600-1850)

A conjugação dos dados numéricos com a representação cartográfica permite algumas observações interessantes. Antes de mais, a grande concentração — em termos de designação, mas presumivelmente também em termos reais — em alguns agregados populacionais dos diversos espaços considerados¹⁵. Este fenómeno tem a sua tradução nas baixas percentagens de estudantes originários de “outros lugares”, no quadro 3. No primeiro grande intervalo cronológico (1600-1720), são pouquíssimas as designações toponímicas (todas cartografadas no mapa 1¹⁶), desde logo constituindo uma estrutura que se irá manter como dominante, sobretudo nos seus três grandes centros de captação de estudantes universitários — Baía, Rio de Janeiro e Pernambuco — com o conjunto S.Paulo-Santos com alguma representatividade, mas a bastante distância daqueles. A grande novidade do período seguinte — 1721-1771 — é a entrada em força da região mineira. Não se trata, realmente, apenas de uma nova designação, derivada da criação da província de Minas Gerais, em 1720, mas da inclusão de um novo espaço, neste caso com vários agregados — Mariana, Vila Rica de Ouro Preto, Sabará, S. João d’El Rei e mesmo Congonhas — repartindo entre si contributos interessantes para a população estudantil de Coimbra. Na hierarquização das áreas de captação universitária, este facto significa o relegar de

¹⁵ Haja em vista que é a designação de alguns deles que depois se estende, por um processo de ampliação, a espaços maiores. Podemos exemplificar com o caso de Pernambuco: “Este nome *Pernambuco*, derivado ou corrupção de *Paranãbuca*, com que os Cahetés designavam o porto, onde hoje [1817] surgem as embarcações menores, compreende vulgarmente duas Povoações distintas, a Cidade d’Ollinda, e a Praça ou Villa do Recife, com o intervalo de huma legua, e comunicadas por uma restinga de area estreita, e baixa de N. a S. e também por um braço de mar” (*Corografia Brazilica*, II, 170-171). No momento da recolha das informações, verificámos que eram raras as referências ao Recife e a Olinda (22 em 314), o que se deve evidentemente ao facto de ser mais comum a designação de Pernambuco englobando aquelas duas localidades e depois a capitania.

¹⁶ Embora a província de Minas Gerais tenha sido criada apenas em 1720, nos quadros toponímicos ficou sempre nela incluída a vila de S. João d’El Rei, que passa a ter esta designação a partir de 1712, mas que pertencia, até àquela primeira data, a S. Paulo. (*Corografia Brazilica*, I, 356 e 377.)

Pernambuco — que perde também em termos absolutos — para uma posição mais modesta (7,3% do total, quando, no período anterior, detinha 19,7%) e uma significativa perda na dominância da Baía (de 51,6% para 34,5%) que, mesmo assim, conserva o primeiro lugar; pelo contrário, o Rio de Janeiro vê o seu peso relativo aumentado (de 20,9% para 26,6%), o mesmo acontecendo com S. Paulo. Quer dizer que o grande impulso que a frequência universitária de originários do Brasil registra a partir de 1720 se deve ao dinamismo de uma grande área que engloba um conjunto de espaços contíguos: Rio de Janeiro, Minas Gerais e S. Paulo; ao mesmo tempo, a Baía, embora perca proporcionalmente, registra também um aumento notável, em termos absolutos: comparado com o crescimento global de 144%, o da Baía foi menor (72,5%) mas o do Rio de Janeiro ultrapassou-o largamente (221%¹⁷).

O retrocesso relativo da Baía acentuou-se no período de 1772-1810, com uma drástica diminuição em números absolutos: para um decréscimo global de 49,2%, o desta área foi muito mais acentuado — 71%. Mas o movimento ascendente de matrículas que se inicia imediatamente a seguir marca também uma nítida recuperação, em termos relativos, desta área: em contrapartida, a de Minas Gerais sofre uma diminuição acentuada (de 74%, muito maior que a dos efetivos globais, que foi de apenas 8%), perdendo assim muitos pontos da sua cota proporcional. Mas o dado que mais importa assinalar é a emergência, a partir de 1772, de zonas que antes tinham uma diminuta representatividade, nomeadamente o Maranhão, cujo peso proporcional está em aumento até ao final

¹⁷ É evidente que estas percentagens têm de ser ponderadas a partir da proporção que cabe a cada um destes espaços. Por isso, carece de significado apresentar a percentagem de crescimento de S. Paulo (466,7%) uma vez que se refere a um aumento de 9 para 51 estudantes, em números absolutos, assim como referir igual indicador para Minas Gerais, área que praticamente aparece de novo.

do período observado, alcançando, no último intervalo temporal (1811-1850), uma proporção significativa (14,1%).

Esta análise das variações relativas não pode deixar de lado aquela que parece ser a característica mais saliente da origem geográfica dos universitários brasileiros, já atrás assinalada: uma notável continuidade dos centros que primitivamente fornecem estudantes, aos quais se vão agregando outros. Na escala dos contributos, só o de Minas Gerais alcança uma amplitude semelhante à daqueles. O cômputo global para toda a duração secular — visível nas últimas colunas do quadro 3 e no mapa 4 — vem confirmar esta afirmação: a Baía — no lugar cimeiro — com o Rio de Janeiro, Pernambuco e S. Paulo-Santos (que em 1600-1720 perfaziam 94,3% do total de matriculados¹⁸) tomam à sua conta 74,7% do total. As Minas Gerais fazem subir esta proporção para 88,8%. E o conjunto de Maranhão e Pará que, no intervalo de 1811 a 1850 chega a atingir 17,1% de todos os matriculados, quando encarado na perspectiva mais ampla dos dois séculos e meio sob observação, mostra uma contribuição bem mais modesta de 5,6%.

3. Os tesouros das minas e o tesouro da ciência

Da análise que temos vindo a efetuar até este momento destaca-se o grande aumento que, como já referimos, se regista no número de novas entradas na universidade de estudantes brasileiros, a partir de 1720. A verificação de que um impulso semelhante percorre a frequência universitária, considerada globalmente, leva a concluir

¹⁸ Durante este período é ainda de assinalar a percentagem (3,38%) dos que declaram como sua naturalidade apenas o Brasil. Não seria demasiada ousadia pensar que se trataria de naturais de algum daqueles lugares, o que nos permitiria dizer que a quase totalidade de brasileiros é deles originária.

que para um e outro terão contribuído idênticas condições de possibilidade e idênticas motivações¹⁹.

Mesmo tendo sempre em mente a especificidade da sociedade brasileira, é certo que, em muitos aspectos, se transplantaram para a colônia formas de organização e valores dominantes na sociedade continental. Referindo-se à organização administrativa do Brasil, afirma Joaquim Romero Magalhães que “a construção do império atlântico, pela proximidade de Lisboa e pela relativa facilidade de transportes, não exigiu a montagem no Brasil de um dispositivo de governo delegado, como o que existia no Oriente. [...] As vilas e cidades que entretanto iam sendo criadas eram administradas segundo o modelo normal que vigorava no reino. [...] A justiça era exercida por juizes ordinários que se encontravam à frente das câmaras”²⁰. Por sua vez, Caio Boschi acentua o papel do sistema paroquial como base do trabalho missionário e da administração eclesiástica, tendo sido em função da existência de paróquias “(desde os anos 30 do século XVI) e, sobretudo, da importância do seu trabalho que, dentre outras razões, se decidiu, em 1551 pela criação da diocese de Salvador, na Bahia”²¹. E não podemos esquecer que os horizontes dos que demandavam Coimbra, vindos de além-Atlântico, não se confinavam ao exercício das qualificações universitárias nos espaços da sua naturalidade: estava-lhes aberto todo o império, assim como o acesso aos cargos da administração central do reino²².

Observámos, contudo, que o impulso ascendente referido é, no que toca aos originários do Brasil, de muito maior amplitude que o da matrícula geral. Devido a dois factores principais: o apareci-

¹⁹ Tivemos ocasião de referir em outro lugar as condições do crescimento da frequência universitária, a partir da terceira década do século XVIII. (Fonseca, 1995: 112-117.)

²⁰ Magalhães, 1998: 28.

²¹ Boschi, 1998: 2, 419.

²² Fonseca, 1997: 1030-1032

mento de um novo espaço — Minas Gerais — e o incremento que anteriores zonas de captação universitária (nomeadamente o Rio de Janeiro) experimentaram.

Não será nunca demasiado salientar o papel catalisador que a descoberta das jazidas de ouro e diamantes teve na fixação de uma nova geografia do Brasil e na dinamização da economia brasileira. A colorida descrição de André João Antonil, impressa em 1711, dá-nos conta da poderosa atração que elas exerceram:

“A sêde insaciável do ouro estimulou a tantos a deixarem suas terras, e a meterem-se por caminhos tão asperos, como são os das minas, que difficulosamente se poderá dar conta do numero das pessoas, que actualmente lá estão. Comtudo os que assistirão nellas nestes ultimos annos por largo tempo, e as corrêrão todas, dizem, que mais de trinta mil almas se occupão, humas em catar, outras em mandar catar nos ribeiros do ouro; e outras em negociar, vendendo, e comprando o que se ha mister não só para a vida, mas para o regalo, mais que nos portos do mar”²³

A animação do comércio era motivada pela carência de tudo o que era necessário á subsistência — “sendo a terra que dá ouro esterilissima de tudo o que se ha mister para a vida humana e não menos esteril a maior parte dos caminhos das minas” — e também pela abundância e qualidade dos meios de pagamento:

“...tanto que se vio a abundancia do ouro, que se tirava, e a largueza, com que se pagava tudo o que la hia; logo se fizerão estalagens, e logo começárão os mercadortes a mandar às minas o melhor que chega nos navios do reino, e de outras partes, assim de mantimentos, como de regalo, e de pomposo para se

²³ Antonil, 1922: 213.

vestirem, além de mil bugiarias de França, que lá também foram dar. E a este respeito, de todas as partes do Brazil se começou a inviar tudo o que dá a terra, com lucro não somente grande mas excessivo. E não havendo nas minas outra moeda mais que ouro em pó; o menos que se podia, e dava por qualquer cousa, erão oitavas. Daqui se seguiu mandarem-se às Minas Geraes as boiadas de Paranaguá, e às do Rio das Velhas, as boiadas dos campos da Bahia, e tudo o mais que os moradores imaginavão poderia apeter-se, de qualquer genero de cousas naturaes, e industriaes, adventicias, e proprias”²⁴

Importa atentar em dois aspectos: por um lado, a fixação de gente, dando origem a arraiais de exploração que depois se ampliam em agregados populacionais que atingem notoriedade e vão sendo dotados de armadura administrativa²⁵; por outro, a circulação de víveres — nomeadamente o gado vivo — e mercadorias, através de rotas e caminhos, alguns já conhecidos e percorridos, outros explorados agora. Assume particular importância, neste contexto, o “caminho novo”, aberto, em 1704-1705 por Garcia Rodrigues Pais (mas ficando a passagem em boas condições só por volta de 1725), ligando a região mineira ao Rio de Janeiro. Encurtava-se de trinta

²⁴ Antonil, 1922: 217.

²⁵ O arraial de Ouro Preto foi fundado em 1697, por António Dias de Oliveira. Em 1711 é elevado à categoria de vila, com o nome de Vila Rica; Mariana fora também arraial do Carmo, até que, na mesma data, D. João V a tornara Vila Leal do Carmo, elevando-a à categoria de cidade episcopal em 1745 e dando-lhe o nome da sua consorte; só em 1712 foram também criadas as vilas de S. João d’El Rei (antes Rio das Mortes) e Vila Real do Sabará e, em 1714, a Vila do Príncipe. Outros exemplos poderiam ser aduzidos, mas importa ainda referir que, nas proximidades destes centros se formaram numerosos arraiais, muitos dos quais depois deram origem a paróquias (Piranga, Catas Altas, Arraial de António Pereira, Santa Bárbara, Cocais, S. Romão, Barra do Rio das Velhas, S. António do Tijuco...) de alguns dos quais vieram também estudantes para Coimbra. Assinale-se outra forma de implantação como era a construção de capelas, necessárias para a assistência religiosa às populações, de que há numerosíssimos exemplos na região mineira. Cfr. *Corografia Brazilica*, 363-402.

para doze dias o tempo necessário para vencer aquela distância²⁶. Conseqüentemente, o Rio de Janeiro “o mais próximo ancoradouro de ligação de Minas à Europa e também à África fornecedora de escravos, cresce e ganha uma importância no todo do território que até então não tivera. Por aí também se canalizava obrigatoriamente o ouro dos quintos devido à Fazenda real. [...] Ao Rio de Janeiro passa agora a caber a função de servir como “boca das Minas” sobretudo pela sua posição marítima”²⁷.

Reorganiza-se, deste modo, o espaço brasileiro, não sem desequilíbrios, uma vez que a afluência de gente e de escravos à zona das Minas desguarnece sobretudo a área de produção açucareira do Nordeste, e que a carestia de vida—e também a da mão-de-obra que era preciso adquirir²⁸ — vai a par com e radica na própria extração do minério. Não será de estranhar que esses mesmos desequilíbrios se tenham reflectido no número de candidatos à frequência universitária, levando, como já verificámos à perda da importância relativa da Baía e, sobretudo, de Pernambuco.

Não se trata, contudo, de subversão. O caso do Rio de Janeiro é típico e exemplar. Aí convergem duas ordens de razões que vão explicar o extraordinário aumento verificado: o novo dinamismo económico e a existência de uma infraestrutura de ensino que terá sido a principal responsável pela afluência de brasileiros à universidade no período anterior (1600-1720). Sem que se possa dar um peso exclusivo a este factor —basta lembrar a importância da Baía

²⁶ Viana, 1949: 114-115

²⁷ Magalhães, 1998: 23-24.

²⁸ É, a este propósito, muito elucidativa a relação dos preços (referidos a 1703) que Antonil insere na sua *Cultura e opulencia do Brazil*, pp. 218-220, no fim da qual acrescenta o seu comentário: “E estes preços tão altos, e tão correntes nas minas, forão causa de subirem tanto os preços de todas as cousas, como se experimenta nos portos das cidades e villas do Brazil, e ficarem desfornechidos muitos engenhos de assucar das peças necessarias; e de padecerem os moradores grande carestia de mantimentos, por se levarem quasi todos, aonde vendidos hão de dar maior lucro” (p. 220).

como capital administrativa — ele terá constituído a ossatura básica geradora de uma apetência intelectual que, uma vez enraizada, permanece e se amplia.

No conjunto da rede de ensino pré-universitário, os três colégios jesuíticos da Baía, do Rio de Janeiro e de Pernambuco, estavam, juntamente com alguns outros do continente (Lisboa, Porto, Braga e Santarém — a partir de 1716 — e, naturalmente, Évora) e o dos oratorianos de Lisboa (só a partir de 1708), em posição privilegiada, pois o primeiro ano dos estudos filosóficos que neles fosse concluído era contabilizado como se tivesse sido cursado nas faculdades jurídicas de Coimbra. Pelo *Catalogo dos P.P. e Irmãos da Provincia do Brasil em Janeiro de 600*²⁹, temos notícia de que, nesse ano, o colégio da Baía tinha um lente de Teologia, um outro de Casos de Consciência, um mestre do curso de Artes, assim como outros três de Gramática (um da primeira classe e dois da segunda, um destes também mestre de ler e escrever).

Um século depois, dos 157 jesuítas que o Colégio alimenta (118 vivendo no próprio edifício, 33 nas aldeias e residências a ele anexas), dois ensinam Teologia Especulativa, um Teologia Moral, um Filosofia, dois Humanidades e outros dois Gramática e um, primeiras letras³⁰. O edifício do colégio é descrito como “satis extensum” e localizado na parte melhor da cidade, com uma biblioteca ampla e abundante, contendo cerca de três mil volumes de todo o género de escritores que se pudesse desejar, seis grandes aulas rodeando o pátio — havia pouco circundado de pórticos para proteger os estudantes do sol e da chuva —, uma sala de maiores dimensões destinada às disputas públicas, aos atos literários e também aos exercícios dos escolares da ordem.

²⁹ Leite, 1938: 578 e ss.

³⁰ Leite, 1945: 588 e ss.

Em 1757, o corpo docente do Colégio aparece reforçado com um especialista em Sagrada Escritura (“explanator Sacrae Scripturae”) provavelmente apenas para os da casa, porque a relação dos mestres das classes superiores inclui um prefeito máximo, três professores de Teologia (de Prima, de Véspera — segundo a nomenclatura universitária — e de Teologia Moral), um professor de Matemática (da “faculdade de Matemática”, como refere o Catálogo que vimos seguindo), um prefeito das classes menores, encarregado da biblioteca, e um mestre de Filosofia com o seu substituto; nas classes inferiores, um professor de Retórica, três de Gramática (da primeira, segunda e terceira classes) e um professor da escola elementar de meninos que era também diretor da sua confraria³¹. A descrição que da cidade do Salvador nos dá a *Corografia Brazilica* de 1817 refere que, nessa altura, há na cidade oito cadeiras régias: de Filosofia, de Retórica, de Matemática, de Grego e quatro de Gramática Latina, para além de “uma Biblioteca Pública na Salla do Collegio ex-Jezuitico, que servia do mesmo mister no tempo dos fundadores³²”.

O exemplo da Baía — e não aduzimos outros de cariz semelhante para não alongar inutilmente esta exposição — é significativo daquela continuidade que a implantação de uma estrutura de ensino é susceptível de gerar. Os jesuítas criaram e desenvolveram um sistema que, á semelhança do que aconteceu no reino, gerou as condições da sua pronta substituição pela abertura que sempre teve ao exterior. Ao traçar, no tomo VI da sua *História da Companhia de Jesus no Brasil*, o percurso do Colégio do Rio de Janeiro, Serafim Leite chama a atenção para a evolução física do edifício e para a ampliação das disciplinas lecionadas, que o colocavam, nessa altura, a par do da Baía. Mas observa igualmente que oito dos onze professores que formavam o corpo docente desse mesmo Colégio eram naturais

³¹ Leite, 1949: 435 e ss.

³² *Corografia Brazilica*, II, 120.

do Brasil: “três paulistas, dois pernambucanos, um alagoano, um do Rio, um da Baía”. E acrescenta: “prepondera Santos, donde são naturais todos aquêles paulistas, contemporâneos de Alexandre e Bartolomeu de Gusmão, que, por sua vez, foram alunos dos Padres, e o segundo mais que aluno, porque foi noviço”³³.

O *Catalogus brevis* de 1757 fornece-nos sinteticamente o panorama da implantação dos jesuítas na província do Brasil nas vésperas da sua expulsão. Eram, ao todo, 476 sócios, em diversas casas de diferente dimensão e finalidade: os colégios e, na sua dependência, residências, aldeias, missões. Para a finalidade que aqui diretamente nos ocupa, interessa, sobretudo dar conta dos colégios e instituições afins: o Colégio da Baía, cuja composição já observámos; aí ainda, uma casa de provação e dois seminários (o de Belém, fundado pelo P. Alexandre de Gusmão, e o novo); o Colégio do Rio de Janeiro com professores de Teologia (3), de Filosofia (1 com o seu substituto), dois professores de Gramática, um de Retórica, um da escola elementar e dois prefeitos dos estudos; o Colégio de Paranaguá com um mestre de Gramática; o do Espírito Santo (Vitória), com um mestre de Gramática e um padre encarregado da resolução de casos de consciência; o Colégio de S. Paulo com um mestre de Teologia Moral, outro de Gramática e um da escola elementar; o Colégio de S. Miguel, em Santos, com prefeito dos estudos ao qual estava também confiado o encargo de resolver os casos de consciência, um professor de Gramática e outro da escola elementar; o Colégio de Olinda com um professor de Filosofia que era também prefeito dos estudos, um substituto deste, um mestre de Gramática e um professor da escola elementar de meninos; o Colégio do Recife, com um professor de Teologia Moral que era igualmente prefeito dos estudos, mestres da 1ª e 2ª classes de Gramática e um da escola elementar; o Colégio e seminário de Paraíba com um diretor do seminário que era também

³³ Leite, 1938-1950: tomo VI, 7.

prefeito dos estudos, um professor de Gramática e outro da escola elementar; o Real Hospício do Ceará, em Aquirás, também com um professor de Gramática que tinha a seu cargo a biblioteca.

Na vice-província do Maranhão, o Colégio de Nossa Senhora da Luz, que atingira o estatuto de *colégio máximo*, em 1709, depois que, aos estudos de Latim, Humanidades e Retórica se haviam acrescentado os de Filosofia e de Teologia Especulativa e Moral³⁴; dele dependiam outras casas nas quais se ministrava o ensino do Latim (na própria cidade de S. Luís, na missão de Guanaré e na Parnaíba); uma estrutura semelhante se criou no Pará — o Colégio de Santo Alexandre, que apenas não teve permanentemente estudos de Teologia dogmática; a ele anexo a casa da Vigia, com ensino de primeiras letras e Latim e o seminário de Nossa Senhora das Missões, onde funcionou também o curso de Filosofia. As bibliotecas destas casas — a do Colégio de S. Luís, com cinco mil volumes, com mais de dois mil a do Colégio de Santo Alexandre, e a da casa da Vigia com mais de mil — somariam, com outras de menores dimensões, um total de doze mil, em 1760³⁵.

É visível a diferente graduação destes colégios, alguns apenas com o ensino elementar e da Gramática, outros com estudos de nível superior, embora, nalguns casos, com dificuldades de implantação e intermitências. Mas importa salientar a intenção sistemática de fazer acompanhar a missão da difusão do saber — ou de considerar esta como forma privilegiada de ação pastoral.

Quando elabora a sua *Corografia Brazilica*, já diversas vezes aqui citada, o P. Manuel Aires do Casal tem o cuidado de assinalar esta que fora a presença dos jesuítas, dando conta do destino de muitos dos edifícios que eles tinham construído e utilizado no seu labor, a maior parte deles transformados em residências de governadores,

³⁴ Leite, 1938-1950: tomo IV, 262-265.

³⁵ Leite, 1938-1950: tomo IV, 287-290.

hospitais ou palácios episcopais. O aspecto mais interessante para nós, contudo, é a atenção que ele presta às estruturas de ensino — nomeadamente as cadeiras régias — que vai encontrando nos diversos agregados populacionais que descreve³⁶. Assinala dezasseis localidades onde há aulas régias de Gramática Latina, e outras dezassete, nas quais a estas se juntam as primeiras letras. Cuiabá (Mato Grosso) e Vila Rica (Minas) têm, além disso, professor régio de Filosofia. Os centros mais dotados são, contudo, aqueles onde, desde mais longa data, se enraizara o estudo. S. Paulo tem professores desde as primeiras letras à Gramática, Retórica e Filosofia; mas a cidade está dotada também com uma cadeira régia de Teologia Dogmática e uma outra de Teologia Moral financiada pela mitra³⁷. Na Baía, para além das cadeiras já atrás mencionadas e da biblioteca pública, o antigo edifício do colégio jesuítico alberga o hospital da tropa, onde há Aula de Cirurgia. Impressivo é também o caso de Pernambuco, onde o Recife conta com três professores régios de Latim, um de Filosofia e outro de Eloquência e Poética, mas onde Olinda, cidade episcopal desde 1676 e “uma bella habitação para estudiosos, convalescentes e melancolicos, que aborrecem os tumultos” tem um seminário no colégio ex-jesuítico com aulas e professores de Latim, Grego, Francês, Geografia, Retórica, Historia Universal,

³⁶ Uma atenção que parece constante, a julgar pelo comentário que ele faz a propósito da então província do Piauí: “O Subsídio Litterario, imposto no gado desta provincia, he assaz importante: mas em oitocentos e oito ainda não havia nella uma cadeira de Primeiras Letras, nem de Latim: sem duvida por não terem sido pedidas; pois que d’humas, e outras se vêm em algumas aldêas d’outras provincias” (*Corografia Brazílica*: II, 250).

³⁷ Um dos aspectos curiosos desta obra é o comentário prospectivo que, por vezes, complementa a descrição da realidade coeva. Acerca de S. Paulo, afirma: “A salubridade, e temperamento do clima, a abundancia, e barateza de viveres fazem julgar que se lhe dará preferencia para a premeditada fundação da Universidade, que lhe dará crescimento, lustre, commercio, e celebridade. Os corpos tem aqui mais vigor para a applicação; e os insectos damnificam menos as Bibliotecas” (tomo I, 236). A cidade tinha então “huns quatro mil e vinte vizinhos com vinte e tres mil setecentos e sessenta habitantes” (tomo I, 235).

Filosofia, Desenho, História Eclesiástica, Teologia Dogmática e Moral. No Norte, tanto S. Luís do Maranhão como Belém do Pará têm professores de Latim, Retórica e Filosofia. Por fim, o Rio de Janeiro, sede da Corte desde 1807, com dois seminários e o antigo colégio dos jesuítas transformado em Hospital Real Militar dotado de Aulas de Cirurgia³⁸, uma Academia da Marinha, várias aulas de primeiras letras, três de Latim, uma de Grego, assim como de Retórica, de Filosofia, de Comércio, de Desenho, e algumas de línguas vivas. A biblioteca real, com mais de sessenta mil volumes, estava franqueada ao público.

Não se implantara ainda, apesar da “inversão brasileira” que a ida da Corte motivara, o estudo do Direito, permanecendo Coimbra — e outras universidades europeias, tais como Montpellier e as de Inglaterra e da Alemanha³⁹ — como etapa necessária daqueles que queriam prosseguir estudos superiores nestes domínios ou nos das Ciências Exatas e Naturais. O ciclo ascendente que se iniciou logo após a ida da Corte para o Rio de Janeiro marcou também uma reformulação do equilíbrio relativo dos lugares de origem dos estudantes brasileiros, uma vez que a Baía — agora com um conjunto de lugares menores que de perto a circundavam — retomava a posição hegemônica, em contraste com uma diminuição muito acentuada de Minas Gerais.

No cômputo global, os efeitos dos tesouros das Minas e a semente de cultura lançada e longamente sazoadada — o inestimável tesouro da ciência — não podem ser dissociados, e aparecem-nos como elementos fundamentais para a compreensão da procura acrescida de qualificações acadêmicas dos estudantes originários do Brasil.

³⁸ O curso de Cirurgia durava cinco anos com um currículo que incluía a Anatomia, a Química, a Farmacêutica, a Fisiologia, a Higiene, a Etiologia, a Patologia, a Terapêutica, a Obstetrícia, Instituições Cirúrgicas, e a prática da Medicina. Aos que, concluído o 5º ano, voltassem a repetir o quarto e quinto anos, era-lhes concedida a graduação de foados em Cirurgia. *Corografia Brazilica*: tomo II, 29.

³⁹ Vargues, 1999: XVI.

(Página deixada propositadamente em branco)

DESIGNAÇÃO	1600- -1640	1641- -1680	1681- -1700	1701- -1720	Total	1721- -1740	1741- -1760	1761- -1771	Total	1772- -1790	1791- -1810	Total	1811- -1830	1831- -1850	Total	TOTAL
	Ceará				1	1			1	1				1		1
Ceará – Aracati											1	1	1		1	2
Ceará – Januária														1	1	1
Total					1				1			1			3	6
Colônia do Sacramento							10	5	15	4	1	5				20
Goiás													3		3	3
Goiás – Meia Ponte de (Goiases)						1			1	5		5			6	6
Goiases								1	1						1	1
Goiases – Minas de Goiaes								1	1		1	1			2	2
Goiases – Minas de Goiaes – Santa Ana						1			1						1	1
Goiases – Vila Boa						2			2	2	2	4	1		1	7
Total					6				6	3	15	18	32	16	48	66
Maranhão													6	7	13	19
Maranhão – Alcântara											1	1	1		1	2
Maranhão – Campo Maior																
Maranhão – Caxias													1	2	3	3
Maranhão – Peagim								1	1						1	1
Maranhão – S. Luis						2			2	3	2	5	3	6	9	16
Maranhão – Viana													1		1	1
Total					3				3			30			75	108
Mato Grosso – Cuiabá										1	2	3	1		1	4
Mato Grosso – Cuiabá – Minas do Bom Jesus										1		1			1	1
Mato Grosso – Santo Antônio								1	1						1	1
Total									1			4			1	6
Minas Gerais						12	18	6	36	14	3	17	1	1	2	55
Minas Gerais – Borda do Campo								1	1	1		1			2	2
Minas Gerais – Caeté – Vila Nova da Rainha						2	2	4	2	2		2	1		1	7
Minas Gerais – Carijós								1	1						1	1
Minas Gerais – Catas Altas								1	1	2		2			3	3
Minas Gerais – Congonhas do Campo								2	2	4	1	5	5		5	12
Minas Gerais – Congonhas do Sabará						3			3	1		1			4	4
Minas Gerais – Jacuí													1		1	1
Minas Gerais – Lanções							1		1						1	1

DESIGNAÇÃO	1600- -1640	1641- -1680	1681- -1700	1701- -1720	Total	1721- -1740	1741- -1760	1761- -1771	Total	1772- -1790	1791- -1810	Total	1811- -1830	1831- -1850	Total	TOTAL
	Minas Gerais – Mariana						4	4		8	7	3	10	3		3
Minas Gerais – Ribeirão do Carmo									8	1		1				8
Minas Gerais – Mariana-Arraial de Antônio Pereira																1
Minas Gerais – Mariana – Campanha de Rio Verde										2		2				2
Minas Gerais – Mariana – Casa Branca								1	1							1
Minas Gerais – Inficionados							1	2	3							3
Minas Gerais – Mariana – Monsus							1		1							1
Minas Gerais – Mariana – S. Bartolomeu							1		1							1
Minas Gerais – Mariana – Salcelas							1		1							1
Minas Gerais – Mariana – Vila do Príncipe										1		1				1
Minas Gerais – Minas Novas dos Finaidos								1	1							1
Minas Gerais – N.ª Sr.ª da Natividade							1		1	3		3				3
Minas Gerais – Ouro Branco							1	2	1	1		1				2
Minas Gerais – Paracatu							2		2	2		2				4
Minas Gerais – Pitangui													1		1	1
Minas Gerais – Pouso Alto							1	8	10	3		3				13
Minas Gerais – Rio das Mortes							1		1	1		1				2
Minas Gerais – Rio das Mortes – Prados (Arraial)							1		1	2		1				3
Minas Gerais – Rio das Mortes – S. José								1	2	1		1				2
Minas Gerais – Rio das Mortes – S. Ant. da Casa Branca								2	2							2
Minas Gerais – S. João d'El Rei	1		2	1	4		5	2	7	18	3	21	3		3	35
Minas Gerais – S. Pedro do Fanado													1		1	1
Minas Gerais – Sabará						3	13	6	22	6	7	13	4	1	5	40
Minas Gerais – Sabará – N.ª Sr.ª da Encarnação										1		1				1
Minas Gerais – Sabará – S. Miguel de Piracibá													1		1	1
Minas Gerais – Sabará – Santa Rita							1		1							1
Minas Gerais – Santa Bárbara							2	2	4							4
Minas Gerais – Santa Luzia							1		1	2		2				3
Minas Gerais – Serro Frio							4	5	9	2	2	4				13
Minas Gerais – Serro Frio – Vila do Príncipe										2		2				2
Minas Gerais – Sumidouro							1		1							1
Minas Gerais – Tejuco (Arraial de)										7		2				9
Minas Gerais – Vila Boa								1	1							1
Minas Gerais – Vila Rica de Ouro Preto						7	32	8	47	13	7	20	6		6	73

DESIGNAÇÃO	1600- -1640	1641- -1680	1681- -1700	1701- -1720	Total	1721- -1740	1741- -1760	1761- -1771	Total	1772- -1790	1791- -1810	Total	1811- -1830	1831- -1850	Total	TOTAL
	Minas Gerais – Vila Rica – Guaripiranga							3		3	2		2	1		1
Minas Gerais – Vila Rica – Itaberaba					4				225			128			32	389
Total					4				225			128			32	389
Pará – Belém		2			2		1	2	3	7	7	14	6	4	10	29
Pará – Cachoeira do Rio Arari						3	2	1	6	1	1	2	5		5	13
Pará – Monte Alegre											1	1	1		1	1
Total					2				9			17			16	44
Paraíba do Norte							1		1	2		2	1		1	4
Paraíba do Norte – Vº Real do Brejo da Areia													1		1	1
Total									1			2			2	5
Pernambuco	25	25	26	13	89	36	27	12	75	44	30	74	24	19	43	281
Pernambuco – Alagoa				1	1					1	1	2			1	3
Pernambuco – Bananeiras													1		1	1
Pernambuco – Barra do Rio Grande															1	1
Pernambuco – Campo Largo															1	1
Pernambuco – Goiânia							1		1	1	1	1	1		1	3
Pernambuco – Olinda			2	1	3	4			4	1	1	1	1		1	9
Pernambuco – Recife							3	1	4	3	1	4	5		5	13
Pernambuco – Serinhém										1		1	1		1	1
Pernambuco – Sertão de										1		1			1	1
Total					93				84			83			54	314
Piauí – Oeiras										1	1	2	1		1	3
Piauí – Pernaguá													1		1	1
Total												2			2	4
Porto Seguro – Vila Verde do Prado													1		1	1
Rio de Janeiro	2	19	50	28	99	143	84	80	307	81	44	125	62	41	103	634
Rio de Janeiro – Cabo Frio								2	2						2	2
Rio de Janeiro – Campos											2	2	2	1	3	5
Rio de Janeiro – Campos de Goitacazes											4	4	10	7	17	21
Rio de Janeiro – Ilha do Catalão											1	1			1	1
Rio de Janeiro – Ilha Grande						1			1						1	1
Rio de Janeiro – Paraíba				1	1	2	4	1	7	8	1	9			17	17
Rio de Janeiro – Inhomertim										1		1			1	1

DESIGNAÇÃO	1600- -1640	1641- -1680	1681- -1700	1701- -1720	Total	1721- -1740	1741- -1760	1761- -1771	Total	1772- -1790	1791- -1810	Total	1811- -1830	1831- -1850	Total	TOTAL
	Rio de Janeiro – Laguna							1		1		1	1			
Rio de Janeiro – N.ª Sr.ª da Conceição							1		1							1
Rio de Janeiro – Parati										1	1	1	2		2	3
Rio de Janeiro – Parati – N.ª Sr.ª dos Remédios								1	1							1
Rio de Janeiro – Magé										1	1	2				2
Rio de Janeiro – S. Maria de Maricá										1	1	2	1	1	1	2
Rio de Janeiro – Vila do Campo								1	1		1	1				2
Total					100				321			148			126	695
Rio Grande do Norte													1		1	1
Rio Grande do Sul										1	1	1	7	2	9	10
Rio Grande do Sul – Pelotas						1			1							1
Rio Grande do Sul – Porto Alegre														1	1	1
Rio Grande do Sul – Viamão										1	1	1				1
Rio Grande do Sul – Vila do Rio Pardo													1		1	1
Total									1			2			11	14
Santa Catarina							1		1		1	1				2
S. Paulo	2	1	1	1	4	8	10	7	25	15	4	19	6	3	9	57
S. Paulo – Iguacu														1	1	1
S. Paulo – Itu						1			1	1	1	1	2		2	3
S. Paulo – Mogimirim														1	1	1
S. Paulo – Paramaguá						1			1							1
S. Paulo – Santos	1	2	1	1	5	9	8	7	24	1	6	7		1	1	37
S. Paulo – Vila Bela da Princesa													1		1	1
S. Paulo – Vila Nova do Príncipe													1		1	1
Total					9				51			27			16	102
Sergipe d'El Rei							1		1				1	2	3	4
Sergipe d'El Rei – Santa Luzia								1	1						1	1
Total									2			2			3	5
Não identificados					2				5			2			2	11
TOTAL					472				1153			589			538	2752